



FINANCEIRIZAÇÃO, MEIO AMBIENTE E VALORES

FINANCIALIZACIÓN, MEDIO AMBIENTE Y VALORES

FINANCIALIZATION, ENVIRONMENT AND VALUES

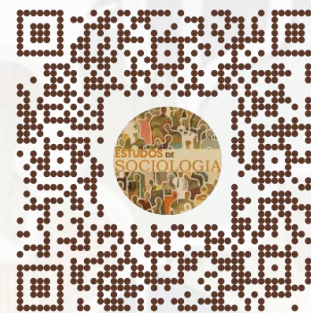


Ismail ERTÜRK¹

e-mail: ismail.erturk@manchester.ac.uk

Como referenciar este artigo:

ERTÜK, I. Financeirização, meio ambiente e valores. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, n. esp. 2, e023018, 2023. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v28iesp.2.18156>



| Submetido em: 15/08/2023
| Revisões requeridas em: 19/10/2023
| Aprovado em: 05/11/2023
| Publicado em: 29/12/2023

Editor: Profa. Dra. Maria Chaves Jardim
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade de Manchester, Manchester – Reino Unido. Professor Sênior em Bancos e Diretor de Programas Bancários.

RESUMO: A mobilização de recursos financeiros para contribuir com os programas de combate a emergências ambientais é caracterizada por iniciativas voluntárias e gerenciamento de riscos regulatórios. As iniciativas voluntárias tendem a ser orientadas pelo mercado e lideradas pelas Nações Unidas e estão cada vez mais organizadas sob a estrutura Ambiental, Societal e de Governança (ESG – Sigla em inglês). Os bancos centrais, por outro lado, impulsionam uma pressão regulatória para tornar o sistema financeiro estável na transição para uma economia de baixo carbono. Ambas as tendências representam uma abordagem financeirizada dos riscos climáticos e ambientais. Este artigo apresentará uma perspectiva alternativa sobre a financeirização da natureza, repensando criticamente a agenda de riscos climáticos dos bancos centrais e as tecnologias ambientais, sociais e de governança (ESG) aprovadas pelas Nações Unidas que criam um simulacro ambiental nos mercados de capitais. Este documento propõe uma agenda de pesquisa ativista inspirada no trabalho do filósofo Serres sobre a natureza e nas reflexões artísticas sobre o meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Financeirização. Finanças verdes. ESG. Ativismo ambiental.

RESUMEN: *La movilización de financiación para contribuir a los programas que abordan las emergencias medioambientales se caracteriza por las iniciativas voluntarias y la gestión reglamentaria del riesgo. Las iniciativas voluntarias tienden a estar impulsadas por el mercado y dirigidas por las Naciones Unidas, y se organizan cada vez más en el marco de los principios medioambientales, sociales y de gobernanza (ESG). Los bancos centrales, por su parte, impulsan una regulación para que el sistema financiero sea estable en la transición hacia una economía baja en carbono. Ambas tendencias representan un enfoque financiarizado de los riesgos climáticos y medioambientales. Este documento presentará una perspectiva alternativa sobre la financiarización de la naturaleza, replanteando críticamente la agenda de riesgos climáticos de los bancos centrales y las tecnologías medioambientales, sociales y de gobernanza (ESG) respaldadas por las Naciones Unidas, que crean un simulacro medioambiental en los mercados de capitales. Este documento propone una agenda de investigación activista inspirada en la obra del filósofo Serres sobre la naturaleza y en las reflexiones artísticas sobre el medio ambiente.*

PALABRAS CLAVE: *Financiación. Finanzas verdes. ESG. Activismo medioambiental.*

ABSTRACT: *The mobilization of finance to contribute to the programmes addressing environmental emergencies is characterized by voluntary initiatives and regulatory risk management. The voluntary initiatives tend to be market-driven and led by the United Nation and are increasingly organized under the Environmental, Societal and Governance (ESG) framework. Central banks, on the other hand, drive a regulatory push to make the financial system stable in transitioning to a low carbon economy. Both trends represent a financialized approach to the climate and environmental risks. This paper will introduce an alternative perspective on financialization of nature by critically rethinking central banks' climate risk agenda and the United Nations endorsed Environmental, Social and Governance (ESG) technologies that create an environmental simulacrum in capital markets. This paper proposes an activist research agenda inspired by the philosopher Serres's work on nature and artistic reflections on environment.*

KEYWORDS: *Financialization. Green finance. ESG. Environmental activism.*

Introdução

Tanto a literatura convencional quanto a crítica sobre finanças e meio ambiente têm, até o momento, problematizado principalmente a organização das finanças nos mercados de capitais - suas iniciativas, motivos, instrumentos e lógicas de cálculo em relação aos investimentos para melhorar e até mesmo transformar as condições ambientais globalmente (CALVELLO, 2009; REVELLI; VIVIANI, 2015; OUMA *et al.*, 2018; BRACKING, 2019). Recentemente, a organização do financiamento para questões ambientais se expandiu para incluir o setor bancário com a formação da Rede para Ecologização do Sistema Financeiro (NGFS - Sigla em inglês) em 2017 por alguns dos principais bancos centrais que veem o provável impacto desestabilizador do risco climático nos mercados financeiros como uma ameaça à estabilidade financeira (CARNEY *et al.*, 2019; NFGS, 2019). A Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI - Sigla em inglês) expandiu as iniciativas anteriores da ONU de Princípios para o Investimento Responsável (PRI - Sigla em inglês), lançados em 2006, e os Princípios para Seguros Sustentáveis (PSI - Sigla em inglês), lançados em 2012, para incluir o setor bancário. E, em 2019, lançaram a iniciativa Princípios para o Banco Responsável (PRB - Sigla em inglês) com 130 bancos que, coletivamente, representam um terço de todos os ativos bancários do mundo. Essas duas iniciativas distintas, o NGFS e o PRB, são legitimadas social e empresarialmente pelos acordos supranacionais em nível da ONU para lidar com os problemas sociais e ambientais enfrentados pela humanidade. Entretanto, elas pertencem a duas histórias institucionais diferentes. O PRB forma uma estrutura para que o setor bancário alinhe os objetivos de negócios com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs - Sigla em inglês) da ONU e o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas (UNEP FI, 2019). O NGFS visa desenvolver capacidades globais de supervisão e regulamentação para evitar prováveis riscos financeiros sistêmicos que possam surgir da transição para uma economia neutra em carbono após o Acordo de Paris de 2015.

Tanto o NGFS quanto o PRB convidam a revisitar a problematização das finanças ambientais na literatura crítica existente. Especialmente o surgimento da lógica financeira como estrutura regulatória do banco central para intervir nas consequências econômicas do risco climático sob a iniciativa NGFS exige uma investigação analítica mais ampla do que a literatura anterior focada no mercado (PRYKE, 2007; MACKENZIE, 2009; TRIPATHY, 2017). Um mandato tecnocrático para a estabilidade financeira relacionada ao risco climático exige uma investigação crítica que precisa problematizar as finanças e a financeirização para a dinâmica socioeconômica que vai além da concepção social dos mercados.

A organização de finanças responsáveis nos mercados de capitais para contribuir com as causas ambientais e sociais tem um conjunto de métricas não padronizadas que são conhecidas sob o acrônimo ESG - Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança) (OECD, 2017). Os gestores de ativos e os investidores aderem aos princípios de ESG para causar impacto nas questões ambientais e sociais da economia. As empresas são classificadas de acordo com vários critérios de ESG que influenciam seu financiamento no mercado de capitais. E, recentemente, a mídia financeira e o setor relatam regularmente o desempenho financeiro superior de fundos que investem em empresas com altas classificações de ESG (JOLLY, 2020; TETT, 2020). A lógica calculadora de ESG e seu paradigma de pesquisa correlata no meio acadêmico e no setor deram origem, coletivamente, a um regime de verdade estável, mas contestável, no sentido foucaultiano, com protocolos de validação relativos a finanças e meio ambiente. Tanto na pesquisa acadêmica convencional quanto no setor, o ESG é confirmado como verdade sobre a mensuração, o julgamento e a avaliação da contribuição das empresas para as metas sociais relativas ao meio ambiente e a todas as partes interessadas. Essa confirmação é expressa em consequências financeiras que se acredita estarem causalmente relacionadas às classificações de ESG. Ao mesmo tempo, tanto no meio acadêmico quanto no setor, há evidências igualmente fortes de que as classificações de ESG não são padronizadas e o universo de cálculo de ESG é bastante caótico e há inconsistências significativas nas classificações produzidas pelas agências de classificação de ESG (CHRISTOPHERS, 2019; BERG *et al.*, 2019). Na Seção 1 abaixo, discutirei o novo mandato climático dos bancos centrais como uma intervenção financeirizada que prioriza a estabilidade financeira e não as responsabilidades sociais das finanças. Em seguida, na Seção 2, argumentarei que a iniciativa ESG privada endossada pela ONU é uma tecnologia financeira autorreferencial, uma característica da financeirização que é cada vez mais questionada até mesmo pelos especialistas em finanças. Na seção de conclusão, proponho uma abordagem de pesquisa acadêmica ativista que visa ao impacto no novo contexto das universidades com metas de responsabilidade social.

Estabilidade financeira verde: bancos centrais como novos atores da financeirização na agenda ambiental

No mundo pós-Covid, a tecnocracia do banco central expandiu ainda mais suas ambições em relação às questões ambientais ao anunciar a urgência de financiar uma recuperação econômica verde por meio da flexibilização quantitativa (KHALAF; ARNOLD 2020). O envolvimento dos bancos centrais em questões ambientais tomou outra dimensão quando um dos governadores de banco central mais influentes da história recente, Mark Carney, ex-governador do Banco da Inglaterra, aumentou seu status de celebridade tecnocrática em finanças verdes e risco climático depois de se tornar o enviado especial da ONU para clima e finanças em 2020 e liderar, como copresidente, a *Glasgow Financial Alliance for Net Zero* na COP26. Essa mudança incomum na carreira de um proeminente banqueiro central representa uma anomalia para nossa compreensão weberiana e bourdieusiana existente das carreiras dos tecnocratas do banco central (ABOLAFIA, 2012; ADOLPH, 2013; LEBARON, 2008). A porta giratória que faz os tecnocratas circularem das autoridades monetárias e fiscais para os mundos fictícios de Wall Street e do City, desta vez, tem uma saída para uma posição que está firmemente inserida em questões terrenas: a mudança climática e o futuro do planeta.

Mark Carney fez um discurso no *Lloyd's of London*, em Londres, em 29 de setembro de 2015, em um dos magníficos altares das finanças mundiais, no primeiro City Dinner em seu "magnífico e homônimo 'Room'" (CARNEY, 2015). Em seu discurso, Carney argumentou solenemente para transmitir as consequências econômicas da mudança climática para o setor de seguros e para o setor financeiro em geral e alertou o setor de que medidas regulatórias precisam ser tomadas para fins de estabilidade financeira, um mandato que os bancos centrais têm por autoridade política. Ele instou o setor financeiro a calcular além de seus horizontes de curto prazo de maximização de lucros. Daí o título de seu discurso "*The tragedy of horizon*" (A tragédia do horizonte).

A mudança climática é a Tragédia do Horizonte. Não precisamos de um exército de atuários para nos dizer que os impactos catastróficos das mudanças climáticas serão sentidos além dos horizontes tradicionais da maioria dos atores - impondo um custo às gerações futuras que a geração atual não tem incentivo direto para corrigir (CARNEY, 2015, p. 4, tradução nossa).

Desde que deixou o Banco da Inglaterra, o status de celebridade tecnocrática de Carney nas finanças verdes ganhou novos patamares quando ele se tornou Enviado Especial da ONU para Ação Climática e Finanças em 2020 e, em seguida, liderou a fundação da Aliança Financeira de Glasgow para o Zero Emissões (GFANZ – sigla em inglês). Desde o histórico

discurso de Carney sobre a "Tragédia do Horizonte", o banco central expandiu globalmente seu mandato de estabilidade financeira para abranger uma transição ordenada dos mercados financeiros para a economia zero emissão e formou uma iniciativa voluntária de banco central chamada "Rede para tornar o sistema financeiro mais verde (NGFS)" em 2017. A organização global dos bancos centrais, o Banco de Compensações Internacionais, que coordena as iniciativas regulatórias dos bancos centrais em todo o mundo desde a década de 1980 e criou o (in)famoso algoritmo de risco das regras de Adequação de Capital da Basileia para o setor bancário, assumiu a liderança de pensamento na regulamentação verde do setor bancário ao publicar o livro "Cisne Verde" em 2020, que fez referência ao famoso discurso de Carney sobre a "tragédia do horizonte".

A premissa da intervenção do banco central na avaliação do risco climático no setor bancário é que o cumprimento das metas do Acordo de Paris e do Pacto de Glasgow para reduzir o aquecimento global muito provavelmente destruirá financeiramente as empresas de combustíveis fósseis e, conseqüentemente, seus credores. A racionalidade de risco em ação nos órgãos reguladores financeiros atuais prevê sérias falências bancárias e o colapso dos preços das ações nos mercados de ações que, juntos, têm grande probabilidade de criar uma tempestade perfeita de crise financeira catastrófica global. Nos últimos anos, Mark Carney, em sua capacidade tecnocrática de elite como supervisor da estabilidade financeira global no Conselho de Estabilidade Financeira, já liderou intelectualmente uma rede internacional de reguladores financeiros que visa formalizar uma estrutura de modelagem de riscos climáticos para o setor bancário. A nova função de Carney na ONU, de certa forma, reforça o poder da lógica financeirizada como solução para os problemas sociais contemporâneos. A ONU já formou uma forte rede com as elites empresariais e financeiras por meio de seus outros programas sobre sustentabilidade e meio ambiente, como o Pacto Global da ONU e o Programa Ambiental da ONU. Agora, um banqueiro central muito proeminente, que tem a reputação de "salvar" o capitalismo atual de um colapso histórico por meio de uma política monetária não convencional e regulamentação macroprudencial, junta-se a esse grupo de elites empresariais e financeiras que trabalham com a ONU em questões ambientais e sociais, substituindo Michael Bloomberg, que havia deixado o cargo para entrar na corrida de 2020 para a presidência dos EUA.

A nova função de Carney na ONU e seu papel de liderança na formação da Aliança Financeira de Glasgow para Emissão Zero fortalecem ainda mais o envolvimento das finanças em nível supranacional na busca de soluções para os problemas ambientais, introduzindo uma nova lógica financeira sobre a instabilidade financeira relacionada ao clima. A humanidade não

parece ser capaz de falar de forma significativa sobre o risco ambiental em nível da ONU sem introduzir uma linguagem especializada sobre finanças e meio ambiente, sem solicitar os serviços da financeirização. Por meio desse poder de significação em evolução e das consequentes práticas regulatórias e de mercado, o dinheiro se torna um mecanismo de governança para influenciar drasticamente o futuro do planeta. Por meio de suas práticas de empréstimo, espera-se que os bancos direcionem o capital para atividades econômicas neutras em termos de carbono, promovendo assim uma solução de mercado liderada por regulamentações para o maior problema existencial da humanidade atualmente. A nova presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, ex-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), começou seu trabalho sendo explicitamente associada a um novo mandato para os bancos centrais: usar a política monetária para uma economia verde. Sua sucessora no FMI, Kristalina Georgieva, endossou a responsabilidade regulatória dos bancos centrais pelas finanças verdes na primeira reunião de alto nível do FMI que presidiu em outubro de 2019 (GEORGIEVA, 2019). O Banco da Inglaterra tornou-se o primeiro banco central a anunciar que realizará um teste de estresse para risco ambiental nos bancos do Reino Unido (BANK OF ENGLAND, 2019). Paralelamente e também independentemente das tecnologias regulatórias relativas ao risco climático, os bancos individuais vêm desenvolvendo práticas de cálculo que remodelariam seus balanços patrimoniais em resposta ao ruído branco da sustentabilidade, responsabilidade social corporativa, padrões ambientais introduzidos/anunciados por governos centrais e locais e pressão de alguns acionistas institucionais. Por exemplo, muitos bancos europeus, como o Crédit Agricole SA, o BNP Paribas SA, o ING Groep NV e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria SA, publicaram planos e prazos claros para a eliminação gradual dos empréstimos a empresas de combustíveis fósseis. E, recentemente, alguns investidores institucionais que administram um total de £ 130 bilhões em ativos pediram ao banco britânico Barclays que eliminasse gradualmente seu financiamento a empresas de combustíveis fósseis que não estão alinhadas com o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas (LAIDLAW, 2020). No entanto, pesquisas investigativas realizadas por ONGs como a *Rainforest Action Network* (Rede de Ação para as Florestas Tropicais) (2020) e o Instituto de Recursos Mundiais (2019) comprovam que existem lacunas significativas entre o que alguns bancos informam como compromisso e metas e o que eles realmente fazem ao emprestar para empresas de combustíveis fósseis.

A adequação e a eficácia do conhecimento do banco central sobre o gerenciamento de riscos no setor bancário também são questionáveis. As intenções regulatórias dos bancos

centrais sobre o risco climático são traduzidas em um algoritmo operacional para o gerenciamento de riscos, derivado principalmente da teoria financeira moderna que não conseguiu prever as perdas sofridas em colapsos repentinos anteriores dos preços dos ativos. Os recursos epistêmicos dos próprios bancos centrais não são testados quanto ao estresse, mas os bancos centrais lançam heroicamente a modelagem de risco com base em seus questionáveis recursos epistêmicos, teóricos e empíricos, para testar a exposição dos bancos ao risco climático. Como descobrimos após a Grande Crise Financeira de 2007, os bancos centrais não conseguiam enxergar uma vasta seção do sistema financeiro que eles chamaram de "shadow banking" e responsabilizaram pela crise do crédito imobiliário de alto risco (ERTÜRK, 2017). Da mesma forma, a tecnologia de gerenciamento de risco da Basileia, que os bancos centrais introduziram no setor bancário, deveria capitalizar adequadamente os bancos contra todas as possíveis perdas em seus balanços patrimoniais e extrapatrimoniais. A manipulação da Basileia pelos bancos significava que os bancos pareciam adequadamente capitalizados contra todos os riscos, exceto o tipo de risco ao qual os instrumentos de securitização subprime os haviam exposto. Consequentemente, os bancos centrais atualizaram o Basileia II com o algoritmo do Basileia III. Os bancos centrais não reconhecem os limites de seus recursos epistemológicos, o que pode causar falhas na criação de uma modelagem de risco bem-sucedida para lidar com os riscos relacionados ao clima no setor bancário. E, no contexto da avaliação de intangíveis ambientais, Fourcade (2011) argumenta como três grandes derramamentos marítimos de petróleo nos EUA e na França revelaram as complexidades sociais e culturais no cálculo do valor dos danos à natureza em dois ambientes socioculturais diferentes. Portanto, tanto o déficit de conhecimento na modelagem de risco do banco central quanto a ausência da problematização das dimensões socioculturais nas avaliações da natureza na economia do banco central são sérios pontos fracos das respostas regulatórias do banco central ao risco climático em particular e aos riscos ecológicos em geral.

Investimentos ESG e simulacro financeirizado da economia verde

O contexto institucional global do investimento em ESG são os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciados pela ONU, que foram lançados em 2006 como uma parceria entre o Pacto Global da ONU e a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI). O número de signatários dos Princípios aumentou de 63 em 2006 para mais de 5.020 em 2022. Além disso, o total de ativos sob gestão dos signatários

aumentou de US\$ 6,5 trilhões em 2019 para US\$ 121 trilhões em 2022 (PRI, 2019; 2022). Outra medida de investimento responsável da Aliança Global de Investimento Sustentável mostra que o tamanho de todos os tipos de investimento responsável gerenciado profissionalmente atingiu US\$ 35,3 trilhões em 2020, representando 35,9% de todos os ativos gerenciados globalmente, aumentando de 27,9% em 2016 (GLOBAL SUSTAINABLE INVESTMENT ALLIANCE, 2020).

Entretanto, todo esse aumento exponencial no número de membros desse grupo demonstra apenas a adesão às suas aspirações. Não se sabe quais mudanças de fato ocorreram no comportamento das empresas nas quais esses gestores de ativos investem. Até mesmo o próprio PRI reconhece essa lacuna em sua análise independente dos primeiros dez anos de atividades do PRI e conclui nesse relatório que é preciso haver uma mudança no propósito dos signatários dos Princípios, deixando de ser inspiracionais e passando a praticar suas aspirações porque essa é a coisa racional a fazer (PRI, 2016, p. 4). O PRI lista três fatores materiais para justificar sua caracterização do investimento responsável como uma escolha racional: demanda do cliente, materialidade e regulamentação. O PRI argumenta que os clientes dos gestores de fundos exigem transparência e ativismo nas escolhas ambientais, sociais e de governança (FINK, 2018).

Até o momento, entre os três fatores que o PRI propõe como evidência para a escolha racional, a materialidade recebe maior interesse acadêmico e do setor. Há uma unanimidade quase universal, tanto no meio acadêmico quanto entre os profissionais de investimento, de que investir em empresas com bom desempenho em ESG gera um desempenho financeiro superior (FRIEDE *et al.*, 2015; HALL, 2018; CREDIT SUISSE, 2015). Como o PRI se expandiu de investidores em ações para investidores em renda fixa, a justificativa para a adesão ao PRI fez referência explícita à compatibilidade da busca de retornos financeiros com os objetivos ambientais e sociais (PRI, 2018). Embora Friede *et al.* (2015) tenham constatado que, por meio de métodos de contagem de votos e meta-análise em 2.200 estudos desde 1970, os estudos empíricos que examinam a relação entre o investimento em ESG e o desempenho financeiro corporativo apoiam uma relação positiva, eles também observaram que “Mais da metade dos ativos gerenciados globalmente são gerenciados por signatários do PRI. Mas um quarto dos investidores considera fatores não financeiros em sua análise de investimentos e cerca de 10% do setor de investimentos são treinados em investimentos ESG” (FRIEDE *et al.*, 2015, p. 211).

Há também a preocupação de que a correlação observada entre as características ESG elevadas e o desempenho financeiro superior seja um fenômeno de autorreforço, pois à medida

que o consenso sobre essa relação positiva nas estratégias de investimento se torna amplamente aceito na comunidade de investimentos, os fundos fluem para as ações das empresas com alta classificação ESG, o que aumenta ainda mais as avaliações dessas empresas, o que é conhecido como "investimento momentâneo". Portanto, os retornos financeiros parecem ser explicados pela dinâmica autorreferencial do mercado de capitais, e não pelo verdadeiro perfil de ESG das empresas no mercado de ações. Por exemplo, as empresas de tecnologia atraem investimentos em ESG não porque contribuam para o bem-estar ambiental e social, mas porque não causam diretamente danos ambientais. Esses investimentos em grandes empresas de tecnologia, como Microsoft, Google, Facebook etc., podem causar uma bolha desestabilizadora nos mercados de ações. Além disso, empresas como a Amazon podem não ter uma grande pegada de carbono e, portanto, são aparentemente boas no "E" do ESG, mas, dadas as condições de trabalho e os níveis de remuneração em seus depósitos, causam danos prejudiciais em termos sociais (POWELL, 2020).

Portanto, o domínio representativo do comportamento financeiro ambiental e social orientado por ESG provavelmente criará um resultado que desconectará os mercados de capitais da economia real na transição para uma economia neutra em carbono e socialmente mais coesa. A realidade dos mercados de capitais não reflete a realidade do planeta. Os mercados de capitais se tornam um simulacro em vez de um verdadeiro árbitro das escolhas de investidores individuais e instituições supranacionais como o PNUMA. Por exemplo, a Unilever, uma empresa usada como estudo de caso para sua estratégia ambiental, foi atacada no mercado de ações por gerentes de fundos de cobertura ativistas por não gerar valor para os acionistas. A Unilever teve de usar seus recursos financeiros para lutar contra esse ataque especulativo em vez de usá-los para pesquisa e desenvolvimento de produtos mais ecológicos (EDGECLIFFE-JOHNSON, 2018). O movimento PRI não teve voz nem impacto sobre esse ataque altamente visível do mercado de ações à líder do mundo corporativo em estratégia corporativa ambiental e sustentável. Outro caso corporativo altamente visível envolveu a Thames Water, uma concessionária de água privatizada no Reino Unido que foi multada por poluição de rios em 2017. A Thames Water tinha uma estrutura de propriedade complexa, mas a empresa de gestão de ativos responsável por administrar os fundos dos proprietários era a Macquarie Capital Funds, parte da instituição financeira australiana Macquarie Group. O Macquarie Group é signatário do PRI desde 2015 por meio da Macquarie Asset Management. Novamente, não houve custo para o Macquarie Group como signatário do PRI por estar envolvido em um grande dano ambiental intencionalmente com o objetivo de obter altos retornos financeiros (ALLEN;

PRYKE, 2013; PLIMMER; ESPINOZA, 2017). Como esses dois casos corporativos de grande visibilidade demonstram, há uma lacuna entre a realidade ESG e o desempenho ambiental do mundo corporativo. O simulacro de tecnologias de ESG financeirizadas, entretanto, promove uma estratégia de investimento baseada na narrativa de que os investidores em empresas com altas classificações de ESG superam o desempenho do mercado. A lavagem verde pode assumir a forma de um simulacro do mercado de capitais. Também no setor bancário, o fato de ser signatário dos Princípios para Bancos Responsáveis da UNEP FI não equivale a financiamento bancário para a melhoria do meio ambiente. Por exemplo, o JPMorgan Chase & Co está na lista do World Resources Institute de bancos que têm compromisso sustentável, mas o mesmo banco lidera a tabela de bancos que financiam a produção de carbono (PINCHOT; CHRISTIANSON, 2019; RAINFOREST ACTION NETWORK, 2020).

Esse não é um fenômeno novo no capitalismo financeirizado. O capitalismo financeirizado traz à existência cálculos de retorno financeiro nos mercados de ações como regime verdadeiro de valor econômico e social. Os defensores do princípio da maximização do valor para o acionista promoveram essa ideologia como o verdadeiro mecanismo de empresas inovadoras e investimentos que produziram benefícios de bem-estar para a sociedade (FLIGSTEIN; SHING, 2007; LAZONIC, 2010; ERTÜRK, 2020). As tecnologias de ESG por meio de métricas, índices, padrões contábeis etc. produzem coletivamente um efeito de inovação financeira que pode alocar capital de forma eficiente para a melhoria ambiental e social. Dessa forma, o ESG, como uma inovação financeira que produz benefícios sociais, é mais uma história na literatura de inovação financeira convencional que sempre propõe soluções financeirizadas para os problemas socioeconômicos atuais (ENGELEN *et al.*, 2010).

E, recentemente, tem havido um ceticismo crescente no mundo empresarial e financeiro sobre seu próprio compromisso com o movimento ESG. A gestora de ativos alemã DWS, de propriedade majoritária do Deutsche Bank, está sendo investigada por enganar investidores sobre as credenciais ESG de alguns dos fundos que vendeu. A Comissão de Valores Mobiliários dos EUA multou o BNY Mellon por enganar os investidores em relação aos fundos ESG. O diretor de gestão de ativos do HSBC teve de renunciar após questionar os objetivos do investimento em ESG que ele deveria promover (WALKER, 2022; AGNEW *et al.*, 2022). A literatura crítica sobre inovação financeira e financeirização, no entanto, tende a apresentar os bancos centrais e as iniciativas de ESG como trajetórias inevitáveis de financeirização, em que uma lógica homogênea de finanças pode ser vista se expandindo com sucesso para os cantos remotos da vida socioeconômica (BRACKING, 2020; LANGLEY, 2020). Como não existe

uma teoria paradigmática da financeirização apoiada por textos e autores canônicos (CHRISTOPHERS, 2015; MADER *et al.*, 2020), essa visão teleológica da financeirização tem uma resistência teórica fraca a ser superada e pode ser convenientemente aplicada aos casos em que as finanças estão presentes. Entretanto, a presença da financeirização na vida social pode apresentar inconsistências, irregularidades e até mesmo contradições. Sua presença nem sempre significa uma eficiência mecânica.

Conclusão: o chamado para uma pesquisa acadêmica ativista sobre dinheiro e meio ambiente

O sindicato dos acadêmicos britânicos, UCU, promove oficialmente medidas ambientalmente corretas e o fundo de pensão dos acadêmicos, USS, anunciou medidas para se desfazer dos combustíveis fósseis (UNIVERSITY AND COLLEGE UNION, 2020; UNIVERSITIES SUPERANNUATION SCHEME, 2022). Universidades individuais devem se comprometer com investimentos livres de carbono. Minha universidade, a Universidade de Manchester, organizou seus centros de pesquisa em torno de temas relacionados a problemas ambientais e sociais, incluindo sustentabilidade e mudanças climáticas. Além disso, a pesquisa com impacto social e ambiental é explicitamente apoiada (THE UNIVERSITY OF MANCHESTER, 2017). Obviamente, as métricas desse impacto não são universalmente aceitas e a instrumentalização do envolvimento com públicos não acadêmicos para fins ambientais e sociais é um tópico contestado. No entanto, esse contexto de produção de conhecimento sobre emergências climáticas e ambientais no meio acadêmico convida à autorreflexão os acadêmicos que pesquisam sobre a financeirização do meio ambiente. Bennett (1992) argumentou um ativismo semelhante na elaboração de políticas em relação às indústrias culturais quando os países de alta renda, especialmente a Austrália e o Reino Unido, estavam desenvolvendo e implementando políticas econômicas para o crescimento urbano pós-industrial por meio da instrumentalização econômica da cultura. Nesse contexto atual de instituições acadêmicas que promovem estratégias de ensino e pesquisa sobre o meio ambiente, refletirei sobre as dimensões éticas do trabalho acadêmico sobre a financeirização do meio ambiente.

Para isso, tomarei emprestado o trabalho do filósofo francês Michel Serres sobre a filosofia e a ética do meio ambiente. A agenda ambiental, se concordarmos com a ciência que prevê riscos fatais para a vida na Terra, convida a novas formas radicais de pensar e usar a linguagem sobre dinheiro e meio ambiente. Por exemplo, Serres propõe que devemos "... esquecer a palavra meio ambiente...". Porque essa escolha de palavra em nossas discussões

[...] pressupõe que nós, humanos, estamos no centro de um sistema da natureza [...] A Terra existiu sem nossos inimagináveis ancestrais, poderia muito bem existir hoje sem nós, existirá amanhã ou mais tarde ainda, sem nenhum de nossos possíveis descendentes, enquanto nós não podemos existir sem ela. Portanto, devemos de fato colocar as coisas no centro e nós na periferia [...] (SERRES, 1995, p. 33, tradução nossa).

O cientista James Lovelock, cujo livro *Gaia*, publicado pela primeira vez em 1979, teve um grande impacto na conscientização ambiental, também chama a atenção para a importância do enquadramento conceitual das relações de poder entre a Terra, como um sistema vivo complexo, e os seres humanos como uma espécie animal dominante. "Se Gaia existe, a relação entre ela e o homem, uma espécie animal dominante no sistema vivo complexo, e o equilíbrio de poder possivelmente mutável entre eles, são questões de importância óbvia" (LOVELOCK, 2016, p. 11).

Alguns acadêmicos da área financeira com perspectivas críticas sobre suas disciplinas não estão muito distantes dos filósofos e cientistas ao proporem uma reconsideração radical do papel da teoria e da prática financeira no tratamento das questões ambientais. "Em sua forma atual, as finanças acadêmicas impedem o surgimento de práticas sustentáveis ao legitimar as decisões egoístas dos gerentes corporativos, desacreditar representações alternativas da organização e alinhar as decisões políticas aos interesses e representações do mercado financeiro" (LAGOARDE-SEGOT; PARANQUE, 2017, p. 657, tradução nossa). Um possível caminho a seguir pode ser discutir as implicações da seguinte proposição para a pesquisa sobre dinheiro e meio ambiente:

Por meio de contratos exclusivamente sociais, abandonamos o vínculo que nos conecta ao mundo, aquele que liga o tempo que passa e flui ao clima lá fora, o vínculo que relaciona as ciências sociais às ciências do universo, a história à geografia, o direito à natureza, a política à física, o vínculo que permite que nossa linguagem se comunique com coisas mudas, passivas, obscuras - coisas que, por causa de nossos excessos, estão recuperando voz, presença, atividade, luz. Não podemos mais negligenciar esse vínculo (SERRES, 1995, p. 48, tradução nossa).

A maior parte da literatura crítica sobre a financeirização do meio ambiente está preocupada com o equilíbrio de poder entre os mercados e a sociedade por meio das lentes adotadas do trabalho de Polanyi (POLANYI, 2002). A crise ambiental ameaça tanto os mercados quanto a sociedade. A intrusão dos bancos centrais na agenda ambiental é uma manifestação dessa consciência em uma linguagem com a qual eles se sentem confortáveis - o risco sistêmico. O simulacro de ESG, por outro lado, tem o potencial de inclinar ainda mais o equilíbrio de poder entre os mercados e a sociedade em favor dos mercados, com consequências

alocativas e distributivas que são social e ambientalmente prejudiciais. A pesquisa acadêmica ativista pode ter como objetivo desenvolver uma estrutura conceitual para uma governança do dinheiro que introduza medidas físicas de desempenho para substituir as medidas financeiras que a financeirização tende a naturalizar. Essa governança do dinheiro precisa ter como objetivo o mercado macro e as estruturas institucionais que são orientadas por valores socioeconômicos de baixo para cima dos investidores e poupadores domésticos finais. Desde a crise financeira de 2007, a disfuncionalidade do sistema financeiro é amplamente reconhecida, mas não foi remediada. A crise ambiental convida a uma reflexão radical e à reformulação da relação entre dinheiro e meio ambiente.

Essa pesquisa ativista deve ser baseada em um diálogo entre o mundo da arte, acadêmicos, ONGs, ativistas e o mundo financeiro e empresarial. Uma nova linguagem e uma lógica diferente sobre valores e conhecimento precisam ser imaginadas coletivamente pelas comunidades culturais, sociais, econômicas e científicas. Michel Serres articulou bem o aspecto coletivo dos riscos climáticos e ambientais. Ele usou a arte, a pintura de Goya chamada *Fight with Cudgels* (Luta com cassetetes), para salientar que não há vencedor em uma luta em que os adversários lutam em uma areia movediça - a areia movediça devorará tanto o vencedor quanto o perdedor antes que a luta termine. Daí a urgência de lutar coletivamente contra a areia movediça, a emergência climática, a deterioração ambiental e repensar nossas prioridades, valores e conhecimentos locais para o bem comum global. O cineasta alemão Wim Wenders chamou nossa atenção para esse sucesso na luta contra a areia movediça em seu documentário, *O Sal da Terra*, sobre o fotógrafo social e economista brasileiro Sebastião Salgado. Salgado produziu expressões fotográficas eficazes sobre as consequências sociais das catástrofes ambientais provocadas pelo homem e causadas por atividades econômicas que visam apenas ao lucro. Salgado e sua esposa Lélia, então, tiveram a chance de reverter alguns dos danos ambientais. Eles regeneraram uma Mata Atlântica de 1.754 acres que foi destruída pelos pais de Salgado, que eram criadores de gado. Foram necessários o plantio de dois milhões de árvores, o uso de engenheiros e recursos de regeneração da Vale, a notória empresa de mineração do Brasil, e vinte anos para regenerar completamente a biodiversidade dessa enorme terra.

O setor financeiro e as empresas precisam sair de suas bolhas de conhecimento e valores, dentro das quais tentam lidar de forma autorreferencial com questões ambientais limitadas por modelos de risco quantitativos suspeitos, impulsos por retornos monetários de curto prazo e busca constante por altos salários para executivos. As conversas e os diálogos com artistas,

acadêmicos de ciências humanas e ativistas são tão importantes quanto as finanças e as empresas se organizarem em torno de estruturas institucionais como relatórios ambientais, sociais e de governança (ESG), ambições dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), índices de sustentabilidade do mercado de ações, taxonomias verdes de setores etc. Mas igualmente importante é o envolvimento da sociedade com os gestores de dinheiro para propor valores e conhecimentos econômicos alternativos na aplicação de suas economias para fins ambientais e sociais. Uma pesquisa acadêmica ativista sobre meio ambiente e dinheiro deve desconstruir as estratégias de financeirização em todos os níveis e promover conhecimento e políticas para resistir à tendência natural das finanças de agir de forma autorreferencial sobre o clima e a ecologia.

REFERENCES

ABOLAFIA, M. Y. Central banking and the triumph of technical rationality. *In*: CETINA, K. K.; PREDA, A. **The Oxford Handbook of the Sociology of Finance**. Oxon: Oxford University Press, 2012. p. 94-114.

ADOLPH, C. **Bankers, bureaucrats, and central bank politics: The myth of neutrality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

AGNEW, H.; KLASA, A.; MUNDY, S. How ESG investing came to a reckoning. **Financial Times**, June 6, 2022. Disponível em: <https://www.ft.com/content/5ec1dfcf-eea3-42af-aea2-19d739ef8a55>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ALLEN, J.; PRYKE, M. Financialising household water: Thames Water, MEIF, and ‘ring-fenced’ politics. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 419-439, 2013.

BANK OF ENGLAND. **The 2021 biennial exploratory scenario on the financial risks from climate change**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.bankofengland.co.uk/-/media/boe/files/paper/2019/the-2021-biennial-exploratory-scenario-on-the-financial-risks-from-climate-change.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BENNETT, T. Putting policy into cultural studies. *In*: GROSSBERG, L.; NELSON, C.; TREICHER, p. (ed.). **Cultural studies**. New York: Routledge, 1992. p. 23-37.

BERG, F.; KOELBEL, J. F.; RIGOBON, R. Aggregate confusion: The divergence of ESG ratings. **Forthcoming Review of Finance**, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3438533>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRACKING, S. Financialisation, climate finance, and the calculative challenges of managing environmental change. **Antipode**, [S. l.], v. 51, n. 3, p. 709-729, 2019.

BRACKING, S. Financialization and the environmental frontier. *In: MADER, P.; MERTENS, D.; VAN DER ZWAN, N. (ed.). The Routledge International Handbook of Financialization*. Oxon: Routledge, 2020. p. 213-223.

CALVELLO, A. **Environmental alpha**: Institutional investors and climate change. Hoboken, NJ: Wiley, 2009.

CARNEY, M, GALHAU, F. V.; ELDERSON, F. The financial sector must be at the heart of tackling climate change. **The Guardian**, 17 abr. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/apr/17/the-financial-sector-must-be-at-the-heart-of-tackling-climate-change>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CARNEY, M. **The Tragedy of Horizon**. Speech given at Lloyd's of London. 29 set. 2015. Disponível em: <https://www.bankofengland.co.uk/speech/2015/breaking-the-tragedy-of-the-horizon-climate-change-and-financial-stability>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CHRISTOPHERS, B. Environmental beta or how institutional investors think about climate change and fossil fuel risk. **Annals of the American Association of Geographers**, [S. l.], v. 109, n. 3, p. 754-774, 2019.

CHRISTOPHERS, B. The limits to financialization. **Dialogues in human geography**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 183-200, 2015.

CREDIT SUISSE. **Finding Alpha in ESG**. Disponível em: <https://www.msci.com/what-is-esg>. Acesso em: 12 jun. 2021.

DEMPSEY, J. The Financialization of Nature Conservation? *In: CHRISTOPHERS, BRETT.; LEYSHON, A.; MANN, G. (ed.). Money and finance after the crisis: Critical thinking for uncertain times*. Chichester: John Wiley & Sons, 2017. p. 191-216.

EDGECLIFFE-JOHNSON, A. Unilever chief admits Kraft Heinz bid forced compromises. **Financial Times**, 27 fev. 2018. Disponível em: <https://www.ft.com/content/ea0218ce-1be0-11e8-aaca-4574d7dabfb6>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ENGELLEN, E.; ERTURK, I.; FROUD, J.; LEAVER, A.; WILLIAMS, K. Reconceptualizing financial innovation: frame, conjuncture and bricolage. **Economy and Society**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 33-63, 2010.

ERTÜRK, I. Shadow banking: a story of the Doppelgänger (the Double) in science of finance. **Journal of cultural economy**, [S. l.], v. 10, n. 4, p. 377-392, 2017.

ERTÜRK, I. Shareholder Primacy and Corporate Financialization. *In: MADER, P.; MERTENS, D.; VAN DER ZWAN, N. (ed.). The Routledge International Handbook of Financialization*. Oxon: Routledge, 2020 p. 43-55.

FINK, L. **Larry Fink's Annual Letter to CEOs: A Sense of Purpose**. 2018. Disponível em: <https://www.blackrock.com/hk/en/insights/larry-fink-ceo-letter>. Acesso em: 6 maio 2022.

FLIGSTEIN, N.; SHIN, T. Shareholder Value and the Transformation of the US Economy, 1984–2000. Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd. **Sociological forum**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 399-424, 2007.

FOURCADE, M. Cents and Sensibility: Economic Valuation and the Nature of “Nature”. **American Journal of Sociology**, [S. l.], v. 116, n. 6, 2011.

FRIEDE, G.; BUSCH, T.; BASSEN, A. ESG and financial performance: aggregated evidence from more than 2000 empirical studies. **Journal of sustainable finance & investment**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 210-233, 2015.

GEORGIEVA, K. The adaptive age. **Finance & Development**, Dec. 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2019/12/climate-change-and-the-age-of-adaptation-georgieva.htm>. Acesso em: 6 maio 2022.

GLOBAL SUSTAINABLE INVESTMENT ALLIANCE. **2020 Global Investment Review**. Disponível em: <http://www.gsi-alliance.org/trends-report-2020/>. Acesso em: 10 maio 2022.

HALL, M. ESG: **Evolution of sustainable investing and modern practice**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.ipe.com/reports/special-reports/top-400-asset-managers/esg-evolution-of-sustainable-investing-and-modern-practice/10025008.article>. Acesso em: 2 jun. 2022.

JOLLY, J. Investing in firms with better record on social issues pays, study finds. **The Guardian**, 18 maio 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2020/may/18/investing-in-firms-with-better-record-on-social-issues-pays-study-finds>. Acesso em: 6 maio 2022.

KHALAF, R.; ARNOLD, M. Lagarde puts green policy top of agenda in ECB bond buying. **Financial Times**, 8 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/f776ea60-2b84-4b72-9765-2c084bff6e32>. Acesso em: 6 maio 2022.

KRUEGER, P.; SAUTNER, Z.; STARKS, L. T. The importance of climate risks for institutional investors. **The Review of Financial Studies**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 1067-1111, 2020.

LAGOARDE-SEGOT, T.; PARANQUE, B. Sustainability and the reconstruction of academic finance. **Research in International Business and Finance**, [S. l.], v. 39, p. 657-662, 2017.

LIDLAW, J. Barclays shareholder resolution signals investor impatience on climate risk. **S&P Global Market Intelligence**, 24 fev. 2020. Disponível em: <https://platform.mi.spglobal.com/web/client?auth=inherit#news/article?KeyProductLinkType=2&id=56931466>. Acesso em: 6 maio 2022.

LANGLEY, P. The folds of social finance: Making markets, remaking the social. **Environment and Planning A: Economy and Space**, [S. l.], v. 52, n. 1, p. 130-147, 2020.

- LAZONICK, W. Innovative business models and varieties of capitalism: Financialization of the US corporation. **Business history review**, [S. l.], v. 84, n. 4, p. 675-702, 2010.
- LEBARON, F. Central bankers in the contemporary global field of power: a ‘social space’ approach. **The Sociological Review**, [S. l.], v. 56, n. 1 supl., p. 121-144, 2008.
- LOFTUS, A.; MARCH, H. Financialising nature? **Geoforum**, [S. l.], v. 60, p. 172-175, 2015.
- LOVELOCK, J. **Gaia: A New Look at Life on Earth**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- MACKENZIE, D. Making things the same: Gases, emission rights and the politics of carbon markets. **Accounting, organizations and society**, [S. l.], v. 34, n. 3-4, p. 440-455, 2009.
- MADER, P.; MERTENS, D. ZWAN, N. V. der. **International Handbook of Financialization**. Oxon: Routledge, 2020.
- MARCUSSEN, M. Scientization of Central Banking: The Politics of A-Politicization. *In*: DYSON, K.; MARCUSSEN, M. M. (ed.) **Central Banks in the Age of the Euro: Europeanization, Convergence and Power**. 2009. p. 373–390.
- NETWORK FOR GREENING THE FINANCIAL SYSTEM (NFGS). **A call for action: Climate change as a source of financial risk**. [S. l.], 2019. Disponível em: https://www.banque-france.fr/sites/default/files/media/2019/04/17/ngfs_first_comprehensive_report_-_17042019_0.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.
- OECD. **Investment governance and the integration of environmental, social and governance factors**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/Investment-Governance-Integration-ESG-Factors.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.
- OUMA, S.; JOHNSON, L.; BIGGER, P. Rethinking the financialization of ‘nature’. **Environment and Planning A: Economy and Space**, [S. l.], v. 50, n. 3, p. 500-511, 2018.
- PINCHOT, A.; CHRISTIANSON, G. How Are Banks Doing on Sustainable Finance Commitments? Not Good Enough. **World Resources Institute**, 3 out. 2019. Disponível em: <https://www.wri.org/print/65739>. Acesso em: 25 maio 2022.
- PLIMMER, G.; ESPINOZA, J. Thames Water: the murky structure of a utility company. **Financial Times**, 4 maio 2017. Disponível em: <https://www.ft.com/content/5413ebf8-24f1-11e7-8691-d5f7e0cd0a16>. Acesso em: 25 maio 2022.
- POLANYI, K. **The Great Transformation**. 2. ed. Boston: Beacon Press, 2002.
- POWELL, J. ESG without the ‘S’. **Financial Times**, 22 maio 2020. Disponível em: <https://ftalphaville.ft.com/2020/05/21/1590056178000/ESG-without-the--S-/>. Acesso em: 25 maio 2022.

PRI. **PRI Annual Report 2019**. Disponível em: <https://www.unpri.org/pri/about-the-pri/annual-report>. Acesso em: 12 maio 2022.

PRI. **Signatory Update**: April to June 2022. Disponível em: <https://www.unpri.org/signatories/signatory-resources/quarterly-signatory-update>. Acesso em: 6 ago. 2022.

PRINCIPLES FOR RESPONSIBLE INVESTMENT. **From Principles to Performance**. [S. l.], 2016. Disponível em: https://10.unpri.org/wp-content/uploads/2016/04/PRI-final-report_-_single-pages.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

PRYKE, M. Geomoney: An option on frost, going long on clouds. **Geoforum**, [S. l.], v. 38, n. 3, p. 576-588, 2007.

RAINFOREST ACTION NETWORK. **Banking on Climate Change: Fossil Fuel Finance Report**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.ran.org/bankingonclimatechange2020/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SERRES, M. **The natural contract**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.

TETT, G. Why ESG investing makes fund managers more money. **Financial Times**, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/1cfb5e02-7ce1-4020-9c7c-624a3dd6ead9>. Acesso em: 6 ago. 2022.

THE UNIVERSITY OF MANCHESTER. **Strategic Priorities**. Disponível em: <https://www.socialresponsibility.manchester.ac.uk/strategic-priorities/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

TRIPATHY, A. Translating to risk: The legibility of climate change and nature in the green bond market. **Economic Anthropology**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 239-250, 2017.

UNEP FI. **Principles for Responsible Banking**. Disponível em: <https://www.unepfi.org/banking/bankingprinciples/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

UNIVERSITIES SUPERANNUATION SCHEME. **Task Force for Climate-related financial disclosures Report 2022**. Disponível em: <https://www.uss.co.uk/how-we-invest/responsible-investment>. Acesso em: 12 mar. 2022.

UNIVERSITY AND COLLEGE UNION. **Green New Deal**. Disponível em: <https://www.ucu.org.uk/green-new-deal>. Acesso em: 12 mar. 2022.

WALKER, O. HSBC banker quits over climate change furore. **Financial Times**, 7 July 2022. Disponível em: <https://www.ft.com/content/5ff24114-5777-4d00-a014-ad36ce948d64>. Acesso em: 12 mar. 2022.

WINEGARDEN, W. **Environmental, Social, and Governance (ESG) Investing: An Evaluation of the Evidence**. 2019. Disponível em: <https://www.sec.gov/comments/climate-disclosure/c112-8895812-241292.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

